



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 357

São Francisco do Sul, 30 de abril de 2015

Assessoria de Comunicação

Boletim Oficial

LEIS

LEI Nº 1.718, DE 16 DE ABRIL DE 2015

ALTERA A LEI Nº 1.539, DE 5 DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração do Programa 54 - Programa de Prevenção e Assistência a Saúde conforme segue:

I - inclui na Ação 2078 - Aquisição de Veículos e Equipamentos para o Desenvolvimento da Saúde Pública a meta financeira para o exercício de 2015 o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) com vínculo de Recurso 16300 - Transferência Convênio - Estado Saúde. Passando o total a meta financeira da Ação do PPA de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);

II - altera a meta Física de 04 equipamentos para 13;

III - reduz a meta financeira do exercício de 2015, da Ação 1050 - Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial com o valor de R\$2.906.000,00, (dois milhões, novecentos e seis mil), para R\$1.706.000,00, (hum milhão, setecentos e seis mil reais) passando a meta financeira total da Ação do PPA de R\$ 4.650.000,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), para R\$4.450.000,00, (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. As alterações constantes estão no Anexo de Programa da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO HENNING NETO
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1.719, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 1.684, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração do Programa 54 - Programa de Prevenção e Assistência a Saúde conforme segue:

I - inclui a Ação 2078 - Aquisição de Veículos e Equipamentos para o Desenvolvimento da Saúde Pública na Secre-

taria Municipal de Administração com a meta financeira no valor de R\$200.000,00, (duzentos mil reais) no elemento de despesa 4490 com vínculo de Recurso 16300 - Transferência Convênio - Estado Saúde e meta física de 09 equipamentos;

II - altera a meta financeira da Ação 1050 - Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial no elemento de despesa 4490, com o valor de R\$ 2.000.000,00, (dois milhões de reais), com vínculo de Recurso 016300 - de Transferência Convênio - Estado Saúde para R\$1.800.000,00 (hum milhão, oitocentos mil reais), passando o total da ação de R\$ 2.906.000,00 (dois milhões, novecentos e seis mil reais) para R\$ 2.706.000,00 (dois milhões, setecentos e seis mil reais).

Parágrafo único. As alterações constantes estão no Anexo I da presente Lei

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO HENNING NETO
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1.720, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

INCLUI ATIVIDADE AO ORÇAMENTO VIGENTE E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao orçamento do exercício de 2015 a Atividade 2078 - Aquisição de Equipamento e Veículos para o Desenvolvimento da Saúde Pública, na Secretaria Municipal de Administração com os seguintes elementos de despesas:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.02 - Gerência de Administração e Suprimentos
010.302.054 - 2078 - Aquisição de Equipamento e Veículos para Desenvolvimento da Saúde Pública
4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL
4400000.000 - INVESTIMENTOS
4490000.000 - Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso - 16300 - Transferência Convênio - Estado Saúde

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional especial, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.703, de 16 de dezembro de 2014, que aprovou o orçamento para o exercício de 2015, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.02 - Gerência de Administração e Suprimentos
2078 - Aquisição de Equip. e Veículos p/ Desenvolvimento da Saúde Pública

4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL
4400000.000 - INVESTIMENTOS
4490000.000 - Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso - 16300 - Transf. Convênio - Estado Saúde.....R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Especial, que trata o art. 2º desta Lei, a ser operada mediante decreto específico, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
27.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1050 - Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL

4400000.000 - INVESTIMENTOS
4490000.000 - Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso - 16300 - Transf. Convênio Estado Saúde R\$ 200.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO HENNING NETO
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1.721, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSO À NATURESPORTE - ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES NA NATUREZA, NA FORMA DE COTA PATROCÍNIO, PARA REALIZAÇÃO DA 13ª TRAVESSIA DA ENSEADA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 3.000,00 (três mil Reais), como cota patrocínio, à NATURESPORTE - Associação de Esportes na Natureza, inscrita no CNPJ nº 05.403.629/0001-04, com domicílio em Florianópolis - SC, para subsidiar, parcialmente, a realização da 13ª Travessia da Enseada, que ocorrerá nos dias 28 e 29 do mês de março de 2015.

Parágrafo único. O repasse da cota patrocínio, em parcela única, será realizado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Art. 2º As despesas com a presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

27.00 - Secretaria Municipal dos Esportes.
27.02 - Departamento de Difusão do Esporte.

2046 - Manutenção do Programa Esporte para todos.
335041 - Contribuições.

Vínculo de recurso: 1000000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º A Nota Fiscal de que se trata o parágrafo único do art. 1º, desta Lei, deverá ser acompanhada de relatório das despesas condizentes com o respectivo instrumento celebrado para esse fim.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ DE OLIVEIRA COUTO
Secretário Municipal de Esportes

LEI Nº 1.722, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 17 DA LEI Nº 303, DE 27 DE MAIO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 303, de 27 de maio de 2004, que DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17 Os servidores incluídos no Plano de Classificação de que trata esta Lei ficam sujeitos a jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira em turnos diários de 06 (seis) horas ininterruptas."

Art. 2º Os efeitos desta Lei retroagem à data de 05 de janeiro de 2015, legitimando a percepção de horas suplementares por parte dos servidores efetivos daquela data até a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.723, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 1.539, DE 5 DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração do Programa 28 - Atualização da Frota Municipal conforme segue:

I - inclui na Ação 1022 - Atualização da Frota Municipal a meta financeira para o exercício de 2015 o valor de R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) com vínculo de Recurso 13901 - Royalties do Petróleo - Lei 7.990/89. Passando a meta financeira total da Ação do PPA de R\$ 1.740.000,00 (hum milhão, setecentos e quarenta mil reais) para R\$ 2.330.000,00 (dois milhões, trezentos e trinta mil reais);

II - altera a meta Física de 13 para 15;

III - reduz a meta financeira do exercício de 2015, da Ação

2033 - Manutenção da Frota Municipal com o valor de R\$1.936.000,00, (hum milhão, novecentos e trinta e seis mil reais), para R\$1.346.000,00, (hum milhão, trezentos e quarenta e seis mil reais) passando a meta financeira total da Ação do PPA de R\$ 7.930.000,00 (sete milhões novecentos e trinta mil reais), para R\$7.340.000,00, (sete milhões, trezentos e quarenta mil reais).

Parágrafo único. As alterações constantes estão no Anexo de Programa da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

LEI Nº 1.724, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 1.684, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições do Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração do Programa 28 - Atualização da Frota Municipal conforme segue:

I - inclui na Ação 1022 - Atualização da Frota Municipal a meta financeira para o exercício de 2015 o valor de R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) no elemento de despesa 4490 com vínculo de Recurso 13901 - Royalties do Petróleo - Lei 7.990/89;

II - inclui Meta Física de 02 Veículos (caminhão);

III - reduz a meta financeira do exercício de 2015, da Ação 2033 - Manutenção da Frota Municipal no elemento de despesa 3390 com o valor de R\$1.936.000,00, (hum milhão, novecentos e trinta e seis mil reais), para R\$1.346.000,00, (hum milhão, trezentos e quarenta e seis mil reais).

Parágrafo único. As alterações constantes estão no Anexo de Programa da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

LEI Nº 1.725, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

INCLUI ATIVIDADE AO ORÇAMENTO VIGENTE E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao orçamento do exercício de 2015 no Programa 28 a Atividade 1022 - Atualização da Frota Municipal na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos com os seguintes

elementos de despesas:

15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.03 - Gerência de Administração Regional

04.122.0028. 1022 - Atualização da Frota Municipal

4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL

4400000.000 - INVESTIMENTOS

4490000.000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 13901 - Royalties do Petróleo - Lei 7.990/89

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.703, de 16 de dezembro de 2014, que aprovou o orçamento para o exercício de 2015, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.03 - Gerência de Administração Regional

1022 - Atualização da Frota Municipal

4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL

4400000.000 - INVESTIMENTOS

4490000.000 - Aplicações Diretas R\$ 590.000,00

Vínculo de Recurso - 13901 - Royalties do Petróleo - Lei 7.990/89

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 590.000,00

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º desta Lei, a ser operada mediante decreto específico, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.03 - Gerência de Administração Regional

2033 - Manutenção da Frota Municipal

3000000.000 - DESPESAS CORRENTE

3300000.000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3390000.000 - Aplicações Diretas R\$ 590.000,00

Vínculo de Recurso - 13901 - Royalties do Petróleo - Lei nº 7.990/89

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 590.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

LEI Nº 1.726, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A "COMUNIDADE TERAPÊUTICA KAIRÓS".

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal a "COMUNIDADE TERAPÊUTICA KAIRÓS", entidade sem fins lucrativos, CNPJ nº. 18.471.551/0001-07, situada na Rua Binot Palmier de Gonneville, 13, bairro São José do Acaari/Tapeira, com sede e foro neste Município.

Art. 2º Ficam assegurados a "COMUNIDADE TERAPÊUTICA

KAIRÓS" todos os benefícios e prerrogativas decorrentes deste reconhecimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.727, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido, aos servidores efetivos e comissionados da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, auxílio-alimentação complementar em pecúnia, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em decorrência do dia 1º de maio - Dia do Trabalhador.

§1º O auxílio-alimentação complementar de que trata este artigo será concedido em parcela única.

§2º O auxílio-alimentação complementar não será incorporado à remuneração para efeito de cálculo de quaisquer vantagens, gratificações ou benefícios e proventos.

Art. 2º As despesas oriundas da presente Lei onerarão as verbas próprias do orçamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE ACERCA DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE FISCAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Plano de Carreira dos servidores ocupantes do cargo de Fiscal de Vigilância em Saúde do Município de São Francisco do Sul passa a ser regido por esta Lei.

Art. 2º São atribuições do cargo de Fiscal de Vigilância em Saúde:

I - fiscalizar atividades e obras para prevenção/preservação da saúde, investigando denúncias, levantando informações, solicitando documentos, investigando processos produtivos, coletando material para análise, recolhendo produtos irregulares, acompanhando a liberação de produtos e equipamentos, participando de operações especiais (Blitz);

II - vistoriar locais, atividades e obras, checando informações, processos, equipamentos e procedimentos de higiene e limpeza, apurando irregularidades sanitárias, aspectos físicos e condições de trabalho, autuando infratores, notificando e advertindo, aplicando multas, embargando estabelecimentos, inutilizando produtos irregulares;

III - analisar projetos, processos de licenciamento, elaborando pareceres técnicos e enviando materiais aos órgãos competentes;

IV - inspecionar e tomar providências quanto a ambulantes, estabelecimentos comerciais, de ensino, locais de venda

de produtos alimentícios, festas, açougues, abatedouros, fábricas e outros estabelecimentos relacionados;

V - receber e manter a guarda de mercadorias e materiais apreendidos em estoques e depósitos apropriados;

VI - intimar, autuar, estabelecer prazos, emitir relatórios, realizar sindicâncias e outros atos de sua competência;

VII - atuar na fiscalização do município para atendimento de denúncias referente a sua respectiva área de atuação;

VIII - realizar inspeções, vistorias, notificações, autuações, apreensão, interdição, inutilização de produtos de acordo com a legislação pertinente;

IX - proceder conforme dispõe a legislação referente à sua área de atuação;

X - executar atividades correlatas, inclusive dirigir veículo no exercício da função quando necessário.

Art. 3º É requisito do concurso público de ingresso no cargo de Fiscal de Vigilância em Saúde graduação de nível superior.

Parágrafo único. O curso de graduação requisito para o ingresso do servidor não fará jus à promoção por merecimento.

Art. 4º O desenvolvimento do servidor, no respectivo cargo, ocorrerá mediante progressão funcional por tempo de serviço e por merecimento.

§1º A progressão funcional ocorrerá em doze níveis, sendo que do primeiro para o segundo nível será necessário dois anos de efetivo exercício, nos demais níveis serão de três anos.

§2º A progressão funcional por merecimento se dará em vinte e cinco níveis, sendo necessário o cumprimento de metas que somem quinhentos pontos para ascensão de cada nível conforme a pontuação demonstrada em lei própria.

§3º Ao ser deferido o auxílio escolar, o servidor beneficiário deverá permanecer no serviço público municipal pelo mesmo período após o fim do financiamento ou deverá devolver os valores corrigidos monetariamente no ato da exoneração, desconto integralmente no momento do pagamento rescisório.

§4º O servidor que não proceder de acordo com o previsto no parágrafo anterior, deverá ressarcir o erário dos valores referentes dispêndio arcada pela Administração, a partir da data em que o número de ausência à escola configurar reprovação por frequência, sendo os valores ressarcidos por desconto em folha de pagamento limitado a 30% dos rendimentos mês.

§5º O servidor que reprovar em mais de duas disciplinas por semestre terá o auxílio escolar cancelado.

§6º O servidor que tiver seu auxílio escolar cancelado poderá postular novamente somente após a comprovação de dois semestres seguidos sem reprovações em disciplinas.

§7º Todos os servidores com deferimento de auxílio escolar deverão apresentar formalmente junto ao departamento de pessoal seu histórico com desempenho escolar na finalização do semestre letivo.

§8º Os cursos financiados pela Prefeitura Municipal terão redução de 50% (cinquenta por centos) dos pontos para efeito de promoção por merecimento durante o período estabelecido no § 3º deste artigo, após esse prazo a pontuação será restabelecida em 100% (cem por cento) dos pontos.

§9º A concessão de auxílio escolar deverá ser analisada também por comissão a ser constituída por servidores efetivos pelo Chefe do Poder Executivo.

§10. Os cursos, previstos no § 2º deste artigo, deverão possuir relevância para a atividade exercida para o cargo do servidor, devendo ser avaliados quanto à relevância por comissão designada especialmente para este fim.

§11. Para efeito de promoção por merecimento o servidor deverá requerer e apresentar os documentos que comprovem ser devida a promoção, sempre que completar quinhentos pontos.

§12. A data do requerimento com os documentos que comprovem o direito a aquisição do nível da promoção por merecimento é o termo inicial para o recebimento do respectivo valor, devendo, entretanto, aguardar a manifestação da comissão.

Art. 5º A remuneração dos servidores ocupantes do cargo

de que trata esta Lei é composta pelo valor do nível de seu respectivo tempo de serviço e pelo seu nível de merecimento, de acordo com a tabela anexa a esta Lei.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 6º O enquadramento dos atuais servidores na carreira instituída por esta Lei far-se-á mediante o nível compatível com o tempo de serviço do servidor, inclusive para o efeito das progressões seguintes se considerando as frações entre os níveis.

§1º As incorporações por tempo de serviço que tenham havido na vigência das legislações anteriores farão parte da remuneração fixa para efeito de enquadramento.

§2º Tendo sido atingido o nível referência previsto no caput, no que se refere à progressão funcional por tempo de serviço, a fim de não haver redução da remuneração fixa, receberá o servidor verba complementar, reajustável de acordo com os reajustes concedidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 7º O servidor que já tenha sido beneficiado com a incorporação de adicionais que tenham por fundamento o cumprimento das metas relacionadas nas alíneas do §2º do art. 6º, não farão jus à progressão por merecimento, quando ficar constatado bis in idem.

Art. 8º Aos servidores que optarem pelo Plano de Carreira de que trata esta lei deixa de ser aplicado o disposto no art. 16 da Lei n. 50/1991 e nos artigos 72, 73, os §§ 1º e 2º do art. 74, e o §3º do art. 78 da Lei Complementar n. 08/2003, respeitados os direitos adquiridos.

Parágrafo único. O auxílio escolar de que trata o art. 78 da Lei Complementar n. 08, para os servidores que optarem pelo Plano de Carreira de que trata esta Lei não terá limite de quantidade de cursos devendo ser observado o disposto no §4º do art. 5º desta Lei, bem como a disponibilidade orçamentária.

Art. 9º Os servidores que optarem pelo Plano de Carreira de que trata esta Lei, terão o prazo de 12 meses para declarar a opção por escrito, após este prazo perderão o direito de opção e serão mantidos no plano de carreira em vigência até a publicação desta Lei.

Art. 10. O servidor que optar pelo Plano de Carreira de que trata esta Lei, integrará o programa de valorização funcional de recompensa remuneratória, por alcance de resultados, nos termos do art. 39, §7º, da Constituição Federal, a ser regulamentado por Decreto, resultando da soma da Produção Plural e da Produção individual.

§ 1º A gratificação paga com fundamento neste artigo não se incorporará à remuneração do cargo.

§ 2º A produção individual mensal do fiscal será aferida mediante a atribuição de pontuação às tarefas por ele realizadas no mês, conforme regulamento, respeitando o limite de produção máxima de 1500 (um mil e quinhentos) pontos correspondente ao percentual de 0,04% sobre o nível salarial 12.

§3º Os quadros de atividades da produção individual são formados por tarefas discriminadas, relativas às diversas áreas de atuação do fiscal e pontuadas de acordo com a sua complexidade, relevância e/ou quantidade dos trabalhos realizados.

§4º São inacumuláveis os pontos excedentes para percepção nos meses posteriores ao subsequente aquele em que obtidos.

§5º A Produção Plural consiste no recebimento de valor equivalente a 2% do resultado do binômio aumento de receita de Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia referente a sua área de atuação e diminuição das despesas de custeio do setor de Vigilância Sanitária, resultado da diferença do período em análise e do mesmo período base do exercício de 2013 atualizado pelo INPC distribuídos entre os fiscais.

§6º A apuração do percentual alcançado deve ser considerado do dia 1º ao último do mês sob análise e pago no mês subsequente.

Art. 11. A Gratificação de Estímulo a Fiscalização e Arrecadação será calculada pela soma do total de pontos auferidos

no mês pela Produção Individual Mensal e do índice de Produção Plural, sendo o resultado equivalente ao percentual da gratificação que cabe individualmente ao fiscal.

§1º A Produção Individual Mensal será aferida através da soma das atividades previstas nos quadros de atividades, conforme regulamento, para obtenção do total da pontuação individual, mediante as seguintes operações:

I - multiplica-se o valor da tarefa, pelo número de vezes que foi realizada, repetindo-se a operação nas demais tarefas constantes dos quadros;

II - somam-se os resultados obtidos e, observado o limite máximo de pontuação para a produção individual, computa-se o resultado.

Art. 12. Durante férias e licenças remuneradas e décimo terceiro salário, a gratificação no respectivo período será feita pela média percebida nos últimos 12 meses quanto a Produção Individual Mensal anterior ao afastamento e quanto a Produção Plural de acordo com o disposto no §5º do artigo 10.

Art. 13. Cabe ao Secretário Municipal de Saúde atestar a Produção Individual e Plural dos Fiscais através de Relatórios Mensais.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

DECRETOS

DECRETO Nº 2.225, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 133.928,08 (cento e trinta e três mil e novecentos e vinte e oito Reais e oito centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso VI do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.703, de 16 de dezembro de 2014, que aprovou o orçamento para o exercício de 2015, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

28.00 - Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA
28.001 - Fundo da Infância e do Adolescente
2071 - Manutenção das Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente
3350 - Transferências à Inst. Privadas
s/Fins Lucrativos R\$ 100.000,00

Vínculo de Recursos: 60900 - Fia Imposto de Renda
3390 - Aplicações Diretas R\$ 33.928,08
Vínculo de Recursos: 60900 - Fia Imposto de Renda

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 133.928,08

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro das receitas provenientes de Fia Imposto de Renda.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de março de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal
CLARICE PORTELLA DE LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social e da Cidadania

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.225, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O presente Decreto abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 133.928,08 (cento e trinta e três mil e novecentos e vinte e oito Reais e oito centavos) por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, para atender a execução de Ações de Assistência às Crianças e aos Adolescentes, conforme preconiza o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

São Francisco do Sul - SC, 23 de março de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal
CLARICE PORTELLA DE LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.227, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

ESTABELECE VALORES DA BOLSA DE ESTÁGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Federal nº 11.788/08 e Lei Municipal nº 1.078/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a bolsa de estágio, quando não obrigatório, de acordo com os seguintes valores:

I - para o período de seis horas diárias e trinta horas semanais:

- a) estudantes de ensino superior, R\$ 864,71 (oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos);
- b) estudantes de nível médio técnico, R\$ 670,69 (quinhentos e setenta reais e sessenta e nove centavos);
- c) estudantes de nível médio, R\$ 513,73 (quinhentos e treze reais e setenta e três centavos).

II - para o período de quatro horas diárias e vinte horas semanais:

- a) estudantes de ensino superior, R\$ 543,14 (quinhentos e quarenta e três reais e quatorze centavos);
- b) estudantes de nível médio técnico, R\$ 347,12 (trezentos e quarenta e sete reais e doze centavos);
- c) estudantes de nível médio, R\$ 242,48 (duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º Fica estabelecido o valor de Auxílio-transporte de R\$ 100,00 (cem Reais) mensais, se necessário.

Art. 3º A quantidade de vagas de estágios deve ser definida de acordo com a previsão orçamentária do órgão contratante estabelecida nas Leis Orçamentárias.

Art. 4º Os valores da Bolsa devem ser repassados aos agentes de integração que fará o pagamento a cada estudante mensalmente.

Art. 5º Antes do preenchimento das respectivas vagas, o chamamento deverá ser autorizado, conjuntamente, pelos gestores da Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 1.928/2013, nº 1.912/2013, nº 1.911/2013 e 1.530/2012.

São Francisco do Sul - SC, 24 de março de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal
LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.230, DE 2 DE ABRIL DE 2015.

CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 3º, inciso VII, da Lei nº 872, de 20 de janeiro de 2010, e a Resolução nº 004, de 10 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizada no dia 7 de maio de 2015, nas dependências do Ipiranga Futebol Clube, sito a Rua Leônicio Pereira, 304, Rocio Pequeno, São Francisco do Sul.

Art. 2º A I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá como lema "Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar" e desenvolverá trabalhos com objetivo principal de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar e para garantir a todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial, nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. O COMSEAN - SFS - estimulará a realização de pré-conferências e/ou de encontros temáticos municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 2 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

CLARICE PORTELLA DE LIMA
Secretária Municipal de
Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.232, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA A COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E EMPRESAS INTERESSADAS EM RECEBER RESÍDUOS DE ÓLEO DE COZINHA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 59, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Credenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para analisar e julgar o credenciamento de associações, cooperativas e empresas interessadas em receber resíduos de óleo de cozinha.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de Credenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente os seguintes membros:

- I - Gabriel Daniel Conorath - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II - Gizelle Margareth Würz - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- III - Helena Pures Roldão - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- IV - Márcio Luiz Hansen - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único. A nomeação terá validade de 1 (um) ano, quando será realizada nova indicação, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, dos membros que irão compor a Comissão de Credenciamento da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 8 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

FERNANDO DE OLIVEIRA LEDOUX
Secretário Municipal de Meio Ambiente

DECRETO Nº 2.234, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.720, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.720, de 16 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído ao orçamento do exercício de 2015 a Atividade 2078 - Aquisição de Equipamento e Veículos para o Desenvolvimento da Saúde Pública, na Secretaria Municipal de Administração com os seguintes elementos de despesas:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.02 - Gerência de Administração e Suprimentos
010.302.054 - 2078 - Aquisição de Equipamento e Veículos para Desenvolvimento da Saúde Pública

4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL
4400000.000 - INVESTIMENTOS
4490000.000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 16300 - Transferência Convênio - Estado Saúde

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional especial, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.703, de 16 de dezembro de 2014, que aprovou o orçamento para o exercício de 2015, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.02 - Gerência de Administração e Suprimentos
2078 - Aquisição de Equip. e Veículos p/ Desenvolvimento da Saúde Pública
4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL
4400000.000 - INVESTIMENTOS
4490000.000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 16300
Transf. Convênio - Estado Saúde....R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Especial, que trata o art. 2º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
27.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1050 - Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
4000000.000 - DESPESAS DE CAPITAL
DECRETO Nº 2.234, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

4400000.000 - INVESTIMENTOS
4490000.000 - Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso - 16300 - Transf. Convênio - Estado Saúde....R\$ 200.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO HENNING NETO
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 2.236, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL PARA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL, EDUCACIONAL ATHOS GRUPO DE DANÇA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a utilização de veículo da frota municipal, a ser conduzido por servidor deste Município, para realizar o transporte de membros da Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Educacional Athos Grupo de Dança, instituição de Utilidade Pública, para participação em uma seletiva, onde representa o município de São Francisco do Sul, que acontecerá no dia 2 de maio de 2015, no Município de Joinville- SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 28 de abril de 2015.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO HENNING NETO
Secretária Municipal de Administração

SAMAE

EDITAL DE LICITAÇÃO 004/2015 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul/SC, torna público que às 14:00 horas do dia 19/05/2015, procederá a sessão de abertura da licitação para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, destinado à contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos veículos oficiais desta Autarquia, com aplicação de peças e acessórios genuínos ou originais novos. Demais informações podem ser obtidas, diariamente das 12:00 às 18:00 horas, no escritório do SAMAE (Departamento de Compras), sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 398, 2º andar, sala 203 - Centro, em São Francisco do Sul - SC, ou pelo site: www.samaesfs.com.br

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX - Diretor Presidente do SAMAE.

EXTRATO CONTRATUAL ESTADO DE SANTA CATARINA - SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL Contrato Nº: 07/2014 1º adit

Contratante: SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor Suprimido: R\$ 1.470,00

Licitação: PR 23/2014

Vigência: Início: 15/04/2015

Objeto: 1º TERMO ADITIVO (SUPRESSÃO) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES/SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, TAIS COMO: CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, ESTOQUE, FROTAS, RH, FOLHA DE PAGAMENTO, ATENDIMENTO AO SERVIDOR, PONTO ELETRÔNICO, PORTAL TRANSPARÊNCIA, PARA OS SETORES DO SAMAE, BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fernando Oliveira Ledoux - Diretor Presidente do SAMAE

Ata de Registro de Preços N.: 001/2015

Contratante: SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Contratada: INOVEE COMERCIO E SERV DE INFO LTDA ME

Valor: (ABAIXO)

Vigência: Início: 17/04/2015 Término: 17/04/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 001/2015

Objeto: Registro de Preço, pelo prazo de 12 meses, para eventual contratação de horas técnicas de informática para manutenção preventiva e corretiva dos hardwares e softwares da área administrativa do SAMAE.

Item	Quantidade	Unidade	DESCRIÇÃO	Valor unitário (máximo)	
01	400	Horas	Hora Técnica para prestação de serviços de informática setor administrativo	R\$ 89,00	

Fernando Oliveira Ledoux - Diretor Presidente do SAMAE

Ata de Registro de Preços N.: 002/2015

Contratante: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contratada: POSTO SAN REMO LTDA

Valor: (ABAIXO)

Vigência: Início: 17/04/2015 Término: 17/04/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 020/2014

Objeto: Sistema de Registro de Preços para fornecimento de COMBUSTÍVEIS, conforme descrições e especificações constante nesta Ata, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT (litro) MAXIMO R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO R\$
01	5000	LITROS	GASOLINA COMUM	R\$ 3,264	R\$ 16.320,00

Fernando Oliveira Ledoux - Diretor Presidente do SAMAE

EXPEDIENTE

Boletim Oficial de São Francisco do Sul Criado através da Lei Municipal nº 795, de 17 de novembro de 1982 | **Produção** Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul | **Endereço** Praça Getulio Vargas, 01. Centro. São Francisco do Sul. Cep 89240-000 | **Telefone** 47/3471-2222 | **E-mail** imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br | **Homepage** www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Como publicar atos no BOSFS Atos Oficiais da administração direta e indireta da PMSFS devem ser encaminhados para publicação no Boletim Oficial de SFS diretamente à Assessoria de Comunicação. Os atos devem ser enviados por meio eletrônico ao e-mail imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br em um único arquivo, em formato .doc, contendo apenas texto, sem qualquer tipo de imagem, como escudo, logomarca, simbolo ou assinatura. O prazo para aproveitamento na edição da mesma semana vão até as 15h das sextas-feiras.

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul